

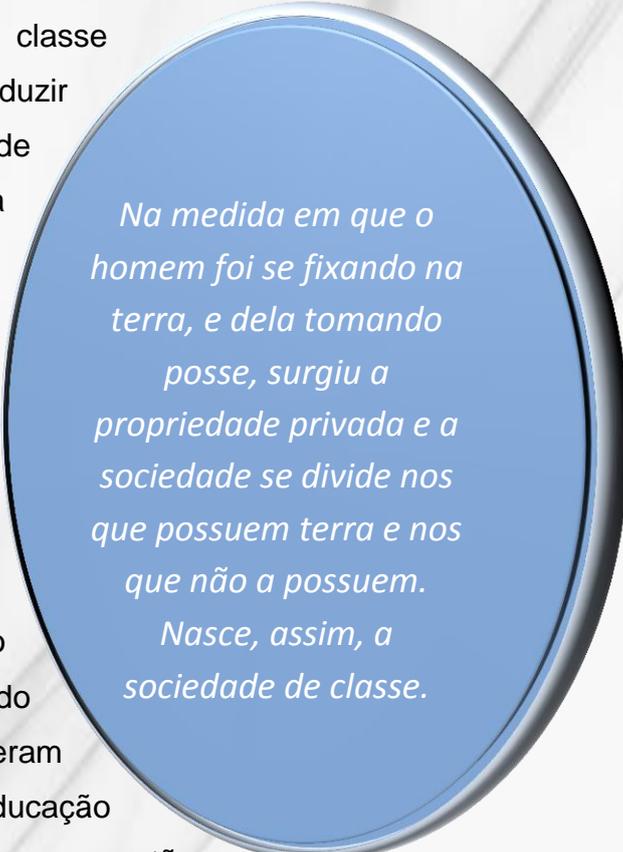
EDUCAÇÃO, TRABALHO E INVISIBILIDADE HUMANA

Por: Jansen Filho

Nas sociedades primitivas, tanto o trabalho quanto os frutos que este proporcionava eram absorvidos de forma equitativa por todos do grupo. No próprio processo de produção de sua existência o homem se educava, na lida diária com a terra, na manufatura de utensílios e na vivência da cultura. Neste sentido, trabalho e educação eram dois elementos indissociáveis de um único processo. Na medida em que o homem foi se fixando na terra, e dela tomando posse, surgiu a propriedade privada e a sociedade se divide nos que possuem terra e nos que não a possuem. Nasce, assim, a sociedade de classe.

Nesta nova condição social a educação começa a ser dissociada do trabalho já que surge uma classe ociosa, que não precisa trabalhar para produzir sua existência, e outra que trabalha e tem de lidar com soluções referentes a esta atividade. “Surge uma educação diferenciada. E é aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto a escola era o lugar que tinham acesso às classes ociosas”.(SAVIANI, 1994, p.152) Enquanto as classes menos privilegiadas continuavam seu aprendizado no próprio processo do trabalho, na prática e na labuta do dia-a-dia, as classes mais abastadas eram educadas na escola, recebendo educação diferenciada, abstrata e voltada para as questões consideradas mais elevadas.

Na Idade Média este modelo é continuado, com a diferença que, com o modo de produção feudal, o trabalho escravo dá lugar ao trabalho servil. Nas cidades a criança, geralmente a partir dos sete anos, era confiada a algum mestre que, além de alimentá-lo e vesti-lo, lhe daria formação moral e religiosa e ensinaria seu ofício. “Em uma época em que as relações de produção são atravessadas



Na medida em que o homem foi se fixando na terra, e dela tomando posse, surgiu a propriedade privada e a sociedade se divide nos que possuem terra e nos que não a possuem. Nasce, assim, a sociedade de classe.

de cima a baixo por relações sociais de dependência, a criança que é enviada como aprendiz-servente a outra família está aprendendo algo mais que um ofício ou boas maneiras: está aprendendo as relações sociais de produção”.(ENGUIITA, 1989, p.107).

Entre a nobreza o papel social da educação não era muito diferente. As escolas paroquiais, catredalícias e monacais eram instituições voltadas para a educação das classes dominantes. Nelas os jovens aprendiam técnicas de combate e habilidades de cavalaria, além de que modos de conduta cortesões.

Assim sendo toda educação se concentrava nestes dois aspectos, a arte militar e o da vida aristocráticaⁱ. Esta concepção começou

a se modificar e a se complexificar na medida em que as relações naturais foram dando lugar às relações contratuais. Esta transição deu-se já na Idade Moderna com o advento de um novo modo de produção: o capitalismo.

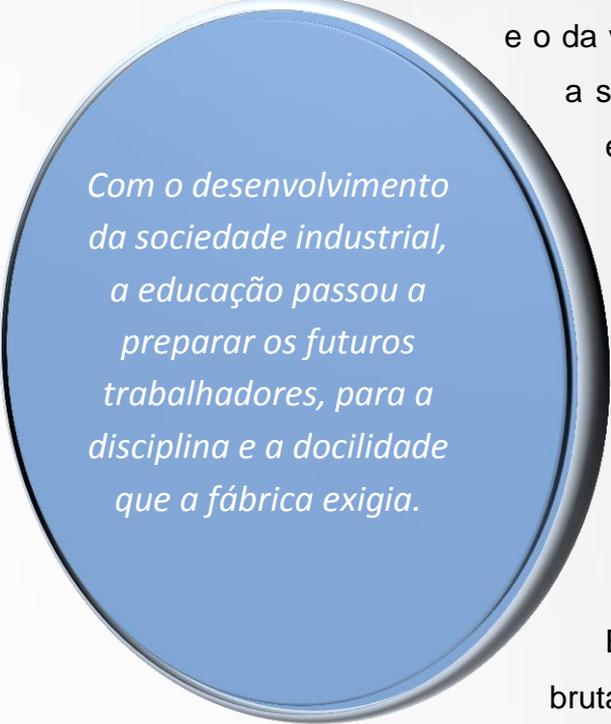
No novo regime dá-se a superação da sociedade organizada pelo direito natural. Doravante esta organização se estabelece através do direito positivoⁱⁱ.

Estas mudanças trouxeram um impacto brutal sobre a educação. Até então a

aprendizagem literária era algo bastante secundária e

visto muitas vezes como sem importância tanto por artesãos quanto pela nobreza. Porém agora, por força do contrato, ler era uma habilidade indispensável tanto para empregados quanto para empregadoresⁱⁱⁱ. Mas havia uma necessidade educacional ainda maior a ser sanada com o desenvolvimento da sociedade industrial, preparar desde a infância os futuros trabalhadores, dando-lhes a disciplina e a docilidade civilizada exata que o sistema de maquinofatura exigia.

Portanto era uma preocupação da burguesia que o povo tivesse acesso à educação, pois isto seria útil para a manutenção de seus interesses, aumentando seu próprio poder e, conseqüentemente, reduzindo o da Igreja, alicerçando assim os princípios da nova ordem. Por outro lado “temiam as



Com o desenvolvimento da sociedade industrial, a educação passou a preparar os futuros trabalhadores, para a disciplina e a docilidade que a fábrica exigia.

consequências de ilustrar demasiadamente aqueles que, ao fim e ao cabo, iam continuar ocupando os níveis mais baixos da sociedade, pois isto poderia alimentar neles ambições indesejáveis”.(ENGUITA, 1989, p.110).

A educação neste ponto da história humana ganha uma lógica e uma função ideológica fulminante. Seu fim já não é de simples mantenedora da vida e da cultura como na Idade Média, agora ela ganha status de poderoso instrumento de dominação e poder quando corretamente aplicada e direcionada⁶. Porém neste processo ela também tem a força de ampliar a consciência do homem frente ao mundo que o rodeia, por isso ela é tão necessária quanto perigosa para as classes dominantes.

Nos últimos cem anos o mundo do trabalho foi representado e ressignificado por uma torrente de inovações técnicas e conceituais que atingiram em cheio todas as formas pela qual o homem se relaciona com seu trabalho e com o fim último do mesmo. Do sucesso pragmático do taylorismo, elevada à sua última potência com a implementação do fordismo, trabalhador, trabalho e produto final se confundiram numa cruel uniformidade cuja tônica era a divisão do trabalho e a especialização funcional. Isto era possível na medida em que as fábricas dispunham do operário com capacidade cognitiva e física do tipo bovino: robusto, dócil e submisso. Para tanto, entre outros métodos de controle, eliminavam-se os mais politizados e críticos, premiavam-se os produtivos e puniam-se os indolentes.

Este paradigma só começou a declinar a partir da década de 1960 quando ocorreu uma reestruturação na lógica produtiva industrial ocorrida por mudanças no contexto econômico, político e social, que evidenciaram a necessidade de um novo paradigma de organização empresarial mais integrada e flexível, contrapondo-se ao modelo de empresa taylorista-fordista. Dentre outros fatores, as novas tecnologias de micro eletrônico e automação (hoje em processo de evolução cada vez mais acelerada) provocaram alterações significativas no processo de produção atingindo diretamente o próprio trabalhador. Se antes bastava a ele saber manipular a máquina e a ferramenta com destreza, sem precisar ir além do que seu trabalho especializado exigia, doravante, sob o signo das novas tecnologias, este princípio é alterado, justamente porque, para viabilizá-las, é necessário um

trabalhador com qualificações distintas e mais complexas no próprio chão-de-fábrica.

Segundo um estudo executado no início dos anos 90 pelo Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IEI/UFRJ), onde foram pesquisadas 134 empresas, 2/3 dos entrevistados, revelaram que um trabalhador qualificado é aquele que apresenta: “raciocínio lógico; habilidade para aprender novas qualificações; conhecimento técnico geral; responsabilidade com o processo de produção e iniciativa para a resolução de problemas” (IEI/UFRJ, 1989 apud ASSIS, 1994, p.194). Essas novas exigências, características de um novo conceito de produção, levaram as instituições à busca de um novo paradigma capaz de legar ao trabalhador qualificações mais complexas do que aquelas requeridas pelas empresas de modelo taylorista, o que implica um processo de rearticulação de saberes e fazeres que redundam numa profunda mudança nas relações de sustentação da sociedade, especialmente na base técnica e na base organizacional dos processos produtivos⁷.

Nesse sentido, para favorecer esta rearticulação, organismos financeiros internacionais, como o Bid e o Banco Mundial que historicamente estiveram sempre preocupados em patrocinar investimento em infra-estrutura modificaram, a partir da década de 70, seu foco passando a dirigir seus capitais em políticas sociais, principalmente nas áreas da saúde e da educação, para a promoção do que se convencionou chamar de “capital humano”. Pela nova nomenclatura com que se define o cabedal de habilidades e competências exigidas sobre o trabalhador frente ao mercado de trabalho nota-se claramente que estas instituições, ao financiarem a educação nos países subdesenvolvidos tem como principal meta atingir objetivos puramente econômicos, sem preocupação com a construção da dignidade humana e da inclusão social⁸. Fecha-se assim o cerco da invisibilidade humana. Reduzido ao “capital”, sua dignidade reside no valor de troca no novo sistema do capitalismo mundial. Um simples instrumento nas mãos de um sistema econômico hegemônico.

Se tomarmos por base que o que caracteriza o humanismo é a capacidade de fazer do homem um fim em si mesmo, onde sua realização social se dá na rejeição de todo processo que tenta instrumentaliza-lo ou utilizá-lo como meio

para a obtenção de fins exteriores a sua própria vocação humana. Se aplicarmos este juízo sobre a relação entre trabalho, educação e capital no qual toda a sociedade está mergulhada e condicionada, perceberemos o quanto a racionalidade do sistema de produção e formação do indivíduo tem se tornado gradativamente anti-humana no decorrer da história. O processo de coisificação do homem busca impedi-lo de construir a si mesmo, sua consciência e sua história na medida em que a forma pela qual produz e reproduz suas condições de existência é obscurecida pela alienação. Nesse sentido, sob a hegemonia do capital, perde-se a capacidade de compreender o processo de constituição histórica do próprio ser, retirando do homem sua própria história e a possibilidade de ação sobre a mesma.

Porém, ainda que este seja o intento do capital e de seus intelectuais orgânicos, o “ciclo” não se fecha, por duas razões fundamentais: (I) para reproduzir-se e auto valorizar-se é questão de vida ou morte para o capital a continuidade da existência e da ação da força de trabalho, pois é ela que propicia a base de acúmulo de mais-valia no processo de produção e, pelo consumo, a auto-valorização do capital, no processo de circulação; (II) o processo não se dá sem contradição, assim sempre estão posta as possibilidades de resistência e ruptura: é o imponderável da história. Como dizia o poeta, para a utopia não há limites.

ⁱ Na verdade não havia uma teoria sistematizada da educação como instrumento de controle social, mas simplesmente como meio de garantir a transmissão e o aprendizado das técnicas culturais que nada mais são que “as técnicas de uso, produção e comportamento, mediante as quais um grupo de homens é capaz de satisfazer suas necessidades, proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico”.(ABBAGNANO, 2000, p.305) É exatamente sobre esses interesses que estão voltados o fim último da educação medieval, independente para qual extrato ela é dirigida.

ⁱⁱ Segundo Saviani o estabelecimento desta organização se dá “formalmente por convenção contratual. É por isso que os ideólogos da sociedade moderna vão fazer referência ao chamado contrato social e à sociedade como sendo organizada através de um contrato e não por laços naturais”.(SAVIANI, 1994, p. 155).

ⁱⁱⁱ Isso deve ser tomado em termos formais, pois durante séculos e em parte ainda na atualidade, o analfabetismo não impediu a incorporação de grandes massas trabalhadoras ao modo de produção capitalista. Podemos dizer, no entanto, que a funcionalidade da alfabetização e os níveis de escolarização

historicamente passam por uma tendência de maior significação / necessidade na evolução do capitalismo.

⁶ Os trabalhadores e os futuros trabalhadores deveriam ser educados de forma cautelosa para que não acabassem por se emancipar; para que não alcançassem autonomia suficiente a ponto de ter idéias próprias e pensar por si mesmo; para que não começassem a alimentar “ambições indesejáveis” ao sistema. O que se queria era uma educação voltada ao respeito à ordem social, formadora de um homem resignado e disciplinado e que, tendo estes atributos, aceitasse trabalhar para outro e fazê-lo nas condições que este outro lhe impusesse.

⁷ Este processo não é homogêneo e tampouco sincrônico em todas as regiões, países, cadeias produtivas e empresas. Tampouco se materializa livremente, sem conflitos ou contradições, uma vez que distintos sujeitos sociais dele participam com interesses diversos e, por vezes, contraditórios, quando se aproximam mais do campo do capital ou do campo do trabalho. Podemos dizer, no entanto, que o processo é paradigmático, no geral sujeitos sociais distintos disputam concepções e práticas. É o caso, entre outros, dos organismos internacionais que atuam como intelectuais orgânicos do capital na acepção de Gramsci (1989).

⁸ Os próprios documentos de política do Banco Mundial trazem o termo “alívio da pobreza”, deixando claro que tratam de políticas compensatórias que visam estabelecer graus articulados no mínimo, jamais de superação da exclusão social.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**, São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASSIS, Marisa de. *A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias*. In: FERRETTI, Celso João... I et al. (orgs). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ENGUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva – Porto Alegre: Artes médicas, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismo e anti-humanismo: Introdução à antropologia filosófica**, 11ª edição – Petrópolis, RJ: vozes, 1998.

SAVIANI, Demerval. *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*. In: FERRETTI, Celso João... I et al. (orgs). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SCHAFER, Jacira S. Scalvi. Capital x trabalho e Qualidade total x educação. In: **Revista Consciência**, Palmas, PR. Vol. 12 no.1, janeiro a junho de 1998.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. Tradução de Norberto de Paula Lima – Rio de Janeiro: Ediouro. 1998.